**A PORTABILIDADE NO EMPRÉSTIMO DE CRÉDITO CONSIGNADO:
uma análise jurisprudencial sobre a Resolução 4.292/13 do Banco Central
e seus efeitos**

Autor: Victor Gianelli de Quadros Fabiani

Orientador: Cristina Stringari Pasqual

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP

Linha 02: Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais

O presente trabalho trata do tema Portabilidade de Empréstimos de Crédito Consignado, tendo por objetivo analisar a mutação dos meios de transferência de obrigações e deveres entre instituições financeiras distintas, desde o seu histórico fático e legal, com análise de jurisprudências que envolvam o referido tema, com a finalidade de auferir os efeitos da portabilidade do crédito consignado no mercado de consumo. No cenário econômico atual, a adesão ao empréstimo de crédito consignado mostra-se uma ferramenta rentável às instituições financeiras ao disponibilizar maior quantidade de empréstimos seguros e duráveis. A resolução 4.292, do Banco Central, que dispõe acerca da portabilidade do crédito consignado, fomentou a livre concorrência entre as instituições financeiras, proporcionando menores taxas de juros, maior prazo para pagamento, dentre outros benefícios, oferecendo novas oportunidades do mesmo quitar suas dívidas, dando-lhe mais certeza de que conseguirá sanar suas pendências. Por outro lado, com o livre arbítrio dado ao consumidor em optar pelo banco mais favorável, que ofereça melhores condições, podemos observar certas condutas ilegais e abusivas por parte das instituições financeiras, que visam captar o consumidor à sua instituição, criando ao polo mais fraco da relação uma falsa esperança de liquidar suas dívidas trazendo possíveis prejuízos ao mesmo. Após analisar uma amostra de jurisprudências a qual englobou os Tribunais anteriormente citados, chegou-se as seguintes conclusões: verificou-se que parte das instituições financeiras reiteram a realização de propostas indevidas aos clientes que pretendem efetuar a portabilidade; a maioria das ações dos demandantes em face das instituições financeiras, posteriormente a vigência da resolução 4.292 do Banco Central, tratava-se não somente de restituição de dano material, mas também, de indenização por dano moral, com poucas decisões sendo favoráveis ao pedido de dano moral tendo em vista o caso concreto; ainda, notou-se que após a realização da portabilidade para um banco que prometeu vantagens e não realizou o cumprimento, foi decidido que o contrato seria alterado para as condições acordadas inicialmente (*status quo*); grande parte dos erros contratuais verificados e postulados em juízo foram julgados sob as diretrizes

do Direito do Consumidor, juntamente com a resolução 4.292 do BACEN, elencando os deveres das instituições com os consumidores bem como com o que a resolução estipula.